

RELATÓRIO
2º ANO DE GESTÃO
BIÊNIO 2020/2022



13/05

. Manifestações dirigidas ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a alteração da Resolução nº 37/2009 – Nepotismo (Processo nº 1.00276/2021-10), acréscimo na Resolução nº 89/21, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no âmbito do MP, trabalho análogo à condição de escravo, condenações na esfera trabalhista (Processo nº 1.00276/2021-10) e regulamentação da ajuda de custo para moradia de Subprocuradores-Gerais, em simetria com a Magistratura (Processo nº 1.00705/2021-22).

20/05

. Live “JUSPREV: VANTAGENS E BENEFÍCIOS – POR QUE ADERIR?”. [Clique aqui para assistir.](#)

ANPT
Associação Nacional dos Magistrados da Justiça

LIVE
20/05, às 17 horas

**JUSPREV:
VANTAGENS
E BENEFÍCIOS
- POR QUE ADERIR?**

Transmissão pelo canal
do ANPT no YouTube
Link restrito aos (às) associados (as).

Deborah Traidi Maggio
Síndica-geral do JUSPREV e
advogada especialista em
previdência complementar

APRESENTAÇÃO

José Antonio Vieira
Presidente do ANPT

Lydiane Machado
Vice-Presidente do ANPT

André Canuto
Diretor de Relações
Corporativas e de
Comunicação do ANPT

Marcelo Souto Maior
Procurador de Trabalho
e Membro do Conselho
Deliberativo do JUSPREV

21/05

. Início do Ciclo de Palestras da Escola da ANPT.

CICLO DE PALESTRAS
Escola da ANPT

21/05/2021,
às 14h
(Horário de Brasília)

TEMA:
Proteção de dados nas relações de trabalho. Comparativo entre o Direito Comunitário Europeu e a lei brasileira.

PALESTRANTE

Teresa Coelho Moreira
Doutora em Direito, Professora da Escola de Direito da Universidade do Minho/Portugal e Coordenadora Executiva do Congresso Nacional de Direito do Trabalho.

PALESTRANTE

Carolina Marzola Hirata
Procuradora do Trabalho, Diretora de Assuntos Jurídicos da ANPT e Mestre em Direito.

Apresentação: **Lydiane Machado**
Vice-Presidenta da ANPT

Transmissão pelo canal da Escola da ANPT no YouTube

ESCOLA ANPT

. Requerimento ao Procurador-Geral do Trabalho para que, conforme decisão da Procuradoria-Geral da República, provocada pela ANPT, se observe o Tema 578 do STF na concessão das aposentadorias e para que se revejam as anteriormente concedidas (PGEA nº 20.02.0001.0007944/2020-85).

. Em ação proposta sob o patrocínio da ANPT, réu é condenado ao pagamento de indenização por dano moral em virtude de ofensa perpetrada contra um associado.

. O Presidente participa de audiência designada nos autos de procedimento disciplinar instaurado em face de magistrada trabalhista, por representação conjunta da associada ofendida, da Procuradoria-Geral do Trabalho e da ANPT.

25/05

. O Presidente e a Vice-Presidenta recebem, na Sede da ANPT, o Procurador Ângelo Fabiano Farias da Costa, que presidiu a Associação nos biênios 2016/2018 e 2018/2020, candidato mais votado pelo Colégio de Procuradores e Procuradoras na eleição para o preenchimento da vaga reservada ao MPT no Conselho Nacional do Ministério Público.



. A partir de requerimento da ANPT, Conselho Nacional do Ministério Público estende o auxílio-moradia aos(às) Subprocuradores(as)-Gerais do Ministério Público da União, em simetria com os(os) Ministros(as) dos Tribunais Superiores, que recebiam a vantagem por resolução do Conselho Nacional de Justiça.

26/05

. Diretoria reúne-se com o Colégio de Delegados e de Delegadas para tratar da Assembleia Geral destinada à flexão de gênero na denominação da ANPT.

27/05

. O Presidente, a Vice-Presidenta e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas reúnem-se na Sede da ANPT.



28/05

. Continuidade do Ciclo de Palestras da Escola da ANPT.

CICLO DE PALESTRAS
Escola da ANPT

28/05/2021,
às 11h
(Horário de Brasília)

TEMA:
DIREITO EMERGENCIAL DO TRABALHO e PANDEMIA DA COVID-19.

PALESTRANTE:
Homero Batista
Técnicas de preservação do contrato de trabalho diante da COVID-19
Doutor (2007) e mestre (2004) em direito do trabalho pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo. Juiz do trabalho (1996) titular da 8ª Vara de São Paulo (2006). Professor de graduação, especialização, mestrado e doutorado de direito do trabalho e seguridade social na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Autor de livros jurídicos.

PALESTRANTE:
Patrick Maia Merisio
A intervenção do MPT no Direito Emergencial do Trabalho
Procurador do Trabalho, Diretor Pedagógico da Escola da ANPT, Mestre em Direito e Sociologia (UFF); Coordenador Nacional do GT NANOTECNOLOGIA: Impactos na Saúde e Segurança do Trabalho. Membro do grupo de estudos Impactos das Novas Morfologias do Trabalho sobre a vida dos Trabalhadores IEA USP.

Apresentação: **Roberto Rangel Marcondes**
Procurador Regional do Trabalho, Mestre e doutor pela Faculdade de Direito da USP.

Transmissão pelo canal da Escola da ANPT no YouTube

ESCOLA ANPT

31/05

. O Presidente despacha com a juíza responsável pela condução do processo em que se discutem as alíquotas previdenciárias.

02/06

. Encaminhamento aos(às) associados(as) do arquivo produzido a partir da *live* “Plan-Assiste – Tudo o que você Precisa Saber”, com diversas orientações e diretrizes sobre o programa de assistência à saúde. [Clique aqui para acessar.](#)

07/06

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam de reunião, como membros de comissão constituída, pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, nos autos do procedimento que tem por objeto a política institucional de equidade de gênero.

09/06

. Publicação de Edital da Assembleia Geral Extraordinária destinada à possível flexão de gênero na denominação da Associação, com encaminhamento favorável da Diretoria.

“A medida, que conferirá maior visibilidade às associadas, é razoável, inclusiva, justa, factível, imprescindível e, se ultimada, colocará a ANPT, uma vez mais, em posição de vanguarda. Refletirá, outrossim, valores que são muito caros à Classe, a distinguem e lhe conferem peculiar homogeneidade no âmbito da Magistratura e do Ministério Público.” (José Antonio Vieira)



10/06

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a regulamentação do controle da atividade policial (Processo nº 1.00273/2021-50).

. Divulgação da lista de transmissão da Escola da ANPT, no *WhatsApp*.



11/06

. O Presidente participa, como Conselheiro, da reunião do Conselho Gestor do Plan-Assiste.

12/06

. Publicação de vídeo sobre o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil. [Clique aqui para assistir.](#)



14/06

. Publicação de artigo no jornal O Estado de São Paulo: “*A Reforma da Lei de Improbidade Administrativa – Avanço ou Brasil na Contramão?*”



[Acesse a publicação.](#)

15/06

. O Presidente e a Vice-Presidenta promovem reunião do Fórum Interinstitucional de Defesa do Direito do Trabalho e da Previdência Social (FIDS), do qual a ANPT é Secretária Executiva. Em pauta, a organização das atividades e as iniciativas contrárias à desregulamentação do Direito do Trabalho.

16/06

. O Presidente e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas reúnem-se com o escritório de advocacia contratado pela ANPT. Em pauta, a ADI 3834, de Relatoria do Ministro Luís Roberto Barroso, que tem por objeto a Resolução CNMP nº 09 (modo de composição dos subsídios). Conclusão desde 25/02/2021. Parecer pela constitucionalidade da Procuradoria-Geral da República. Discussão de estratégias administrativas e judiciais de preservação da parcela “*opção/quintos/décimos*”.

22/06

. Aprovação, pelo Colégio de Associados e Associadas, da nova denominação da ANPT – Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho. Foram depositados 419 (quatrocentos e dezenove) votos FAVORÁVEIS, 132 (cento e trinta e dois) CONTRÁRIOS e 05 (cinco) EM BRANCO.



23/06

. Apresentação da nova *logo* da ANPT.



. O Presidente concede entrevista à Rádio Nacional sobre as condições dos trabalhadores e das trabalhadoras do País.

29/06

. Nota de Esclarecimento sobre os efeitos da ausência do Brasil na denominada "lista curta", da Organização Internacional do Trabalho, após dois anos consecutivos de inclusão, assinada pelo Presidente, pela Vice-Presidenta e pelo associado Renan Khalil, responsável pela elaboração da minuta originária. [Clique aqui](#) para acessar.

. Requerimentos ao Procurador-Geral da República sobre adesão sem carência ao Plan-Assiste e ressarcimento de despesas médico-hospitalares.

Pelo exposto, a ANPT requer a Vossa Excelência que: I – estenda o benefício disciplinado pela Portaria PGR/MPU nº 29, de 11/03/2021, e implementado pelo Ato Conjunto PGR/PGT/PGJM/PGJDFT nº 1, de 28/05/2021, aos(às) membros(as) que mantêm planos de saúde particulares, mediante ressarcimento das despesas efetivamente comprovadas, observado o limite já fixado. Alternativamente, considerando-se a data em que a pretensão está sendo deduzida, a ANPT, sem prejuízo da adoção de outras medidas porventura cabíveis, requer que, em caso de indeferimento, Vossa Excelência conceda novo prazo de 30 (trinta) dias para a adesão sem carência ao Plan-Assiste, a ser computado da data da intimação correspondente; II – que, em atenção aos princípios da isonomia e da razoabilidade, igualmente dispense do cumprimento dos prazos de carência os(as) membros(as) que tenham aderido ao Plan-Assiste anteriormente à publicação do Ato Conjunto PGR/PGT/PGJM/PGJDFT nº 1, de 28/05/2021; III – que exclua a dedução da contrapartida da União referente aos(às) beneficiários(as) especiais, considerando que as despesas médico-hospitalares correlatas não serão objeto de ressarcimento; IV – que promova na Portaria PGR/MPU nº 29, de 11/03/2021, as adequações porventura necessárias ao acolhimento dos pedidos ora formulados.

. MPT EM AÇÃO.



1º/07

. Nota Pública, emitida no âmbito da Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público (FRENTAS), sobre a impossibilidade de inclusão dos(as) magistrados(as) e membros(as) do Ministério Público na denominada reforma administrativa (PEC 32/2020).

05/07

. Manifestações dirigidas ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a otimização e a integração das informações institucionais (Processo nº 1.00707/2021-30) e as garantias da advocacia (Processo nº 1.00842/2021-85).

. O Presidente prestigia a sessão destinada à aprovação do nome do associado Alberto Bastos Balazeiro para o cargo de Ministro do TST (Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal).



08/07

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam do Curso de Ingresso e Vitaliciamento organizado para os Procuradores e as Procuradoras oriundos(as) do XXI Concurso.

15/07

. Realização do 2º Encontro Nacional Virtual de Procuradores e Procuradoras do Trabalho. [Clique aqui para acessar a gravação do evento.](#)



. Apresentação da placa comemorativa da alteração do nome da ANPT (flexão de gênero).



. Homenagem aos(às) associados(as) aposentados(as) Ângela Cristina Santos Pincelli, Beatriz de Holeben Junqueira Fialho, Jaime Roque Perottoni, Luiz Eduardo Aguiar do Valle, Maria da Glória Martins dos Santos, Paulo Eduardo Pinto de Queiroz e Rogério Rodriguez Fernandez Filho, que fez uso da palavra em nome dos demais, registrando o *“ineditismo do evento do ponto de vista da imediatidade entre o ato da aposentadoria e a homenagem prestada”*.

“As marcas deixadas pelos que agora se aposentam são a coragem, a lealdade, a generosidade e o amor em seu sentimento atual: o afeto.” (Rogério Rodriguez)

20/07

. Reunião dos Presidentes das Associações representativas dos(as) membros(as) do MPU, na Sede da ANPT. Em pauta, temas de interesse comum e estratégias de alinhamento do movimento associativo na defesa das garantias, prerrogativas e atribuições institucionais. Ficou acertada a realização de reuniões mensais regulares e a conjugação de esforços para que se evitem retrocessos, mormente no âmbito do Poder Legislativo. A Vice-Presidenta e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas da ANPT participaram remotamente.



Na foto, da esquerda para a direita, Trajano Sousa de Melo (AMPDFT), Edmar Jorge de Almeida (ANMPM), Ubiratan Cazetta (ANPR) e José Antonio Vieira (ANPT).

. Nota Técnica Conjunta ANPR/ANPT, contrária ao Projeto de Decreto Legislativo nº 177/2021, que visa à denúncia da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho.



“O PDL n° 177/2021 é inoportuno, porque não respeita as regras estabelecidas pela própria Convenção n° 169, à qual o Brasil espontaneamente se obrigou, para o exercício da faculdade de denúncia, assim como de que representa verdadeira violação, não apenas ao sistema internacional de proteção dos povos indígenas e tribais, mas também à Constituição da República, encontrando-se eivado, pois, a um só tempo, de manifestas inconstitucionalidade e inconvencionalidade”.

21/07

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam da posse do ex-Procurador-Geral do Trabalho, Alberto Bastos Balazeiro, no cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho.



22/07

. O Presidente concede entrevista ao Portal Uol. [Clique aqui para acessar.](#)

na **Mídia**

Matéria publicada no portal UOL debate a recriação do Ministério do Trabalho.

ANPT
Associação Nacional de Profissionais de Trabalho

"Sempre considerei a extinção do Ministério do Trabalho e Emprego inconstitucional, por violar compromissos assumidos por nosso País perante a comunidade internacional e princípios como o da valorização social do trabalho e o da busca do pleno emprego. Espero, contudo, que a anunciada recriação se efetive e se faça acompanhar do genuíno respeito ao conjunto de normas protetivas dos trabalhadores e trabalhadoras, essencial à preservação da dignidade da pessoa humana, bem como do reconhecimento da relevância das entidades sindicais, dos órgãos de fiscalização, da Justiça do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho".

José Antonio Vieira
Presidente da ANPT



23/07

. MPT EM AÇÃO.



#MPT EM AÇÃO

Aluno formado em projeto de empregabilidade do MPT em Goiás é aprovado em Medicina na UFG

ANPT
Associação Nacional de Profissionais de Trabalho



#MPT EM AÇÃO

Acordo celebrado pelo MPT-MG destina quase R\$ 1 milhão para pacientes com anemia falciforme

ANPT
Associação Nacional de Profissionais de Trabalho



28/07

. ANPT promove debate entre os candidatos e a candidata ao cargo de Procurador(a)-Geral do Trabalho. A Comissão foi presidida pela Procuradora Regional aposentada Jane Araújo dos Santos. [Clique aqui para assistir.](#)



29/07

. Manifestações dirigidas ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a regulamentação do direito à compensação por acervo (Processo nº 1.00718/2021-38), o combate à discriminação e a promoção de integrantes encarcerados da população LGBTQI+ (Processo nº 1.00847/2021-53) e os acordos de não persecução cível, no âmbito do Ministério Público (Processo nº 1.00873/2021-72).

02/08

. Nota Pública Conjunta em defesa da aprendizagem e contrária à instituição do Regime Especial de Trabalho Incentivado – REQUIP (ANPT, AMPDFT e CONAMP). [Clique aqui para acessar.](#)



03/08

. ANPT intensifica a articulação com a Câmara dos Deputados, para evitar a aprovação do Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória (PLV) 1045, que cria o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva – REQUIP, por meio de emendas encampadas pelo Deputado Federal Alessandro Molon. A Vice-Presidenta participa de reuniões, acompanhada da Secretaria Parlamentar da Procuradoria-Geral do Trabalho.



. Presidência e Vice-Presidência falam à Revista Isto É sobre as novas formas de contratação propostas pela MP 1045.

04/08

. O Presidente participa de audiência pública, na Câmara dos Deputados, sobre a Proposta de Emenda à Constituição 05/21, que pretende alterar as regras de composição do Conselho Nacional do Ministério Público. [Clique aqui para assistir à gravação do evento.](#)



“são claras a inconstitucionalidade da tentativa de modificação apenas da composição do CNMP e a possibilidade de afronta à autonomia e à independência que constitucionalmente distinguem o Ministério Público, decorrente da pretensão de se admitir que o Corregedor Nacional seja alguém estranho aos quadros da Instituição. Vejam que, no âmbito do CNJ, o Corregedor Nacional é e continuará sendo o Ministro do Superior Tribunal de Justiça que o integra. A atuação correicional não é apenas repressiva. Há um forte e construtivo viés preventivo e pedagógico. Exige, pois, vivência institucional. O fundamento de afronta à independência e à autonomia institucionais aplica-se igualmente à intenção de se criar uma cadeira para o Ministério Público, sujeita, porém, à indicação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, alternadamente”.
(José Antonio Vieira)

09/08

. Card alusivo ao Dia dos Pais.



11/08

. Relator do PLV 17/2021 à Medida Provisória nº 1.045/2021, Deputado Christino Áureo, suprime o art. 66, que autorizava expressamente a dedução da cota legal inerente ao regime de aprendizagem profissional, objeto do art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho, do quantitativo de trabalhadores(as) contratados(as) pelo Regime Especial de Trabalho Incentivado – REQUIP. A medida resultou de várias emendas de Plenário, uma das quais, a de nº 18, foi apresentada pelo deputado Alessandro Molon após sugestão da ANPT.

. Nota Técnica da ANPT, em conjunto com as demais entidades integrantes da FRENTAS, contrária à aprovação da PEC 05/2021.

“A Proposta de Emenda à Constituição nº 05/2021, para além da insubsistência de sua justificativa, acaba atraindo diversos problemas para o Ministério Público, entre os quais se destacam a violação à independência institucional, o desequilíbrio federativo na composição de seu Conselho Nacional e o desrespeito à autonomia de cada um de seus segmentos”.

. Campanha nas redes sociais, contrária à aprovação do REQUIP.



“O Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva – REQUIP, se instituído, será uma modalidade de prestação de serviço por prazo determinado, que não configurará relação de emprego e será remunerada por “bônus de inclusão produtiva – BIP”, pagos com recursos públicos ou por “bolsa de incentivo à qualificação – BIQ”, a cargo do contratante. Alcançará jovens de 18 a 29 anos, que não serão obrigatoriamente protegidos pela Previdência Social. Trata-se de clara tentativa de precarização das condições de trabalho, que atenta contra os princípios da igualdade, da valorização social do trabalho e da dignidade da pessoa humana, bem como contra as normas constitucionais e infraconstitucionais de proteção dos adolescentes e jovens, notadamente as relativas à plena formação profissional.”

. O Presidente, a Vice-Presidenta e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas reúnem-se com o senador Veneziano Vital do Rêgo, 1º Vice-Presidente do Senado Federal. Em pauta, os impactos negativos, nas relações de trabalho, do Projeto de Lei de Conversão (PLV) à Medida Provisória (MP) nº 1045/2021, o Projeto de Lei nº 6726/2016 (extrateto) e as Propostas de Emenda à Constituição nºs 32/2020 e 05/2021. O material já produzido pela ANPT, a respeito, foi encaminhado ao Senador, a seu pedido.



. O Presidente e a Vice-Presidenta concedem entrevista ao SBT *News* sobre a Medida Provisória 1045/2021.

12/08

. O Presidente, a Vice-Presidenta e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas reúnem-se com o novo Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Pereira Ramos, para tratar de questões relevantes para a Classe.



. Lançamento do primeiro relatório das atividades da Diretoria de Assuntos de Aposentados e Aposentadas.



17/08

. O Presidente, a Vice-Presidenta, o Procurador-Geral do Trabalho e o Secretário Parlamentar Adjunto da PGT, Ivan Sérgio Camargo dos Santos, reúnem-se com a Senadora Mara Gabrielli. Em pauta, o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória (PLV) nº 1.045/2021.



19/08

. O Presidente e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas reúnem-se com o Senador Carlos Portinho (RJ), acompanhados da Secretária da Secretária Parlamentar da Procuradoria-Geral do Trabalho, a Procuradora Janine Rego de Miranda. Em pauta, o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória (PLV) nº 1.045/2021.



. ANPT emite Nota Pública contrária às alterações que o Projeto de Lei de Conversão (PLV) à Medida Provisória nº 1.045/2021 pretende promover na legislação trabalhista. [Clique aqui para acessar.](#)

20/08

. *Card* em solidariedade ao povo afegão.



23/08

. ANPT divulga Nota Pública contra o uso do *impeachment* como instrumento de impugnação das decisões judiciais e de intimidação do Supremo Tribunal Federal. [Clique aqui para acessar.](#)



NOTA PÚBLICA CONTRÁRIA AO USO DO IMPACHMENT COMO INSTRUMENTO DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS E DE INTIMIDACÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES E DAS PROCURADORAS DO TRABALHO – ANPT manifesta-se contrariamente ao uso do *impachment* como instrumento de impugnação das decisões judiciais e de intimidação do Supremo Tribunal Federal, a mais elevada Corte de Justiça do País, guardiã e intérprete definitiva da Constituição da República.

A medida, embora constitucionalmente prevista, tem natureza excepcional e, portanto, não pode ser banalizada ao substituir as vias recursais ordinárias, inclusive porque a independência e a harmonia dos Poderes, assim como o livre exercício do Ministério Público, além de essenciais à preservação e ao fortalecimento da democracia, exigem, em prol do bem comum, elevação, conjugação de esforços de todas as autoridades constituintes e absoluto respeito às respectivas competências e atribuições.

24/08

. Reunião com o Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, para discutir o Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória nº 1.045/2021. Participação do Presidente, do Procurador-Geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira, do Procurador Ângelo Fabiano Farias da Costa, presidente da ANPT nos biênios 2016/2018, da Procuradora Janine Rego de Miranda, do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Jarbas Soares, do Procurador-Geral de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Fabiano Dallazen, e do Promotor de Justiça do Estado de Minas Gerais, Emmanuel Levenhagen Pelegrini. Foi entregue ao Senador a nota pública associativa, que aponta a inconstitucionalidade e a inconveniência de alguns dispositivos.



. ANPT, ANPR e AMPDFT, por meio de Nota Pública, manifestam-se contrariamente à alteração do art. 626 da CLT. [Clique aqui e leia a nota em PDF.](#)

25/08

. O Presidente prestigia sessão destinada à aprovação do nome do associado Ângelo Fabiano Farias da Costa para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), na vaga reservada ao Ministério Público do Trabalho (Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal).



"É uma honra para a ANPT ver um seu anterior presidente ser indicado à vaga reservada, no CNMP, ao Ministério Público do Trabalho, sobretudo porque o colega Ângelo Fabiano sucederá o não menos querido Sebastião Caixeta, que também a presidiu nos biênios 2004/2006 – 2006/2008 – 2010/2012. Estou certo da aprovação de seu nome pelo Plenário do Senado Federal, assim como de que terá pleno êxito no exercício do encargo". (José Antonio Vieira)

26/08

. Publicação do Edital de Convocação dos(as) interessados(as) na apresentação de peças ou trabalhos doutrinários para a Revista Eletrônica do Ministério Público do Trabalho, Edição nº 55, em comemoração aos 10 (dez) anos de promulgação do Estatuto da Igualdade Racial. Ato conjunto – Presidência da ANPT e Procurador-Geral do Trabalho.

. Publicação do Edital do XXII PRÊMIO EVARISTO DE MORAES, Categorias “Melhor Arrazoador” e “Melhor Trabalho Doutrinário”.

. ANPT celebra a eleição da associada Edelamare Barbosa Melo e do associado Francisco Gerson Marques de Lima, para compor o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, no biênio 2021/2023.



27/08

. O Diretor Legislativo da ANPT, Antonio de Oliveira Lima, participa de Audiência Pública, no Senado Federal, sobre o Estatuto do Trabalho e a MP nº 1.045/2021. [Clique aqui para mais informações.](#)



. FRENTAS repudia, em nota pública, proposta de inclusão da Magistratura e do Ministério Público na Reforma Administrativa. [Clique aqui para mais informações.](#)

31/08

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a alteração do § 1º da Resolução nº 23, que prevê a afixação de avisos nos órgãos do MP (Processo nº 1.00846/2021-08).

. A Diretoria da ANPT comunica ao Colégio de Associados e Associadas o novo adiamento do Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho, em virtude da crise sanitária.

1º/09

. O Diretor de Assuntos Legislativos participa da 18ª Reunião da Comissão Permanente dos Direitos ao Trabalho, à Educação e à Seguridade Social do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH).

. Senado Federal rejeita, por ampla maioria, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) à Medida Provisória nº 1.045/2021, que, se aprovado, promoveria diversas alterações permanentes e flagrantemente precarizantes na legislação trabalhista.



. ANPT e demais integrantes do FIDS publicam moção de agradecimento aos Senadores e às Senadoras pela rejeição da MP nº 1.045/2021.

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a proposta de recomendação que visa à fixação de parâmetros para ações resolutivas e estruturantes na efetivação da Política Nacional de Trabalho de presos e egressos do Sistema Prisional (Processo nº 1 .01032/2021-73)

02/09

. Publicação do Relatório de Primeiro Ano de Gestão. [Clique aqui para acessar.](#)



03/09

. Lançamento da Campanha “ANPT/Livros”, de prestígio à produção intelectual dos associados e das associadas.

COORDENAÇÃO



Ana Cláudia Nascimento Gomes
Associada da ANPT
Bruno Albergaria
Mariana Rodrigues Canotilho



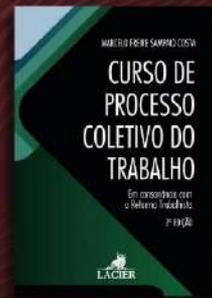
Autor:
Bruno Gomes Borges da Fonseca
Procurador do Trabalho



Autor:
Rafael Salgado
Procurador do Trabalho



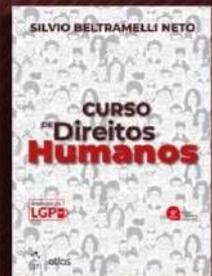
Autor:
Marcelo Freire Sampaio Costa
Procurador do Trabalho



Autora:
Andréa Ehke
Procuradora Regional do Trabalho



Autor:
Silvio Beltramelli Neto
Procurador do Trabalho



ANPT / Livros
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROCURADORES E DEFENSORES DO TRABALHO



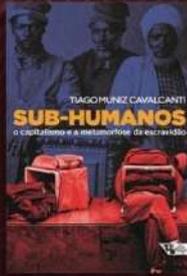
Autor:
Guilherme Kirtschig
 Procurador do Trabalho



ANPT / Livros
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROCURADORES E DEFENSORES DO TRABALHO



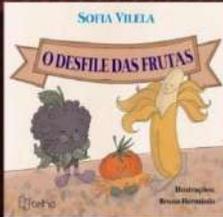
Autor:
Tiago Muniz Cavalcanti
 Procurador do Trabalho



ANPT / Livros
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROCURADORES E DEFENSORES DO TRABALHO



Autora:
Sofia Vilela
 Procuradora do Trabalho



07/09

. Card alusivo ao Dia da Independência.



7 DE SETEMBRO
 DIA DA INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL
 Independência se faz com uma
 sociedade verdadeiramente livre,
 justa e solidária.

ANPT
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROCURADORES E DEFENSORES DO TRABALHO

“Que a independência se aperfeiçoe e se fortaleça, dia a dia, pelos esforços de todas e todos, com absoluto respeito à Constituição da República e aos objetivos fundamentais do nosso Estado Democrático de Direito – a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a garantia do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades e a promoção do bem comum, sem preconceitos e discriminação!” (Legenda da publicação)

10/09

. Continuidade do Ciclo de Palestras da Escola da ANPT.

CICLO DE PALESTRAS
Escola da ANPT

10/09/2021,
às 14h
(Horário de Brasília)

TEMA:
**O CONTRATO INTERMITENTE E
SUA REGULAMENTAÇÃO EM
PORTUGAL E NO BRASIL**

PALESTRANTE
Ana Cláudia Nascimento Gomes
Procuradora do Trabalho e Doutora em Direito Público pela Universidade de Coimbra/ Professora da Escola da ANPT e da PUC Minas.

PALESTRANTE
João Leal Amado
Doutor em Direito (Ciências Jurídico-Empresariais) pela Universidade de Coimbra e Professor Associado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Mediador
Patrick Maia Merisio
Diretor Pedagógico da Escola da ANPT, Procurador do Trabalho, Mestre em Direito e Sociologia pela UFPA.

Transmissão pelo canal da Escola da ANPT no YouTube

ESCOLA ANPT

14/09

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre o desenvolvimento e a disponibilização aos ramos do Ministério Público da União e aos Ministérios Públicos dos Estados de sistema eletrônico de gravação dos atendimentos, oitivas, reuniões e audiências extrajudiciais realizadas presencialmente ou por videoconferência, bem como sobre a obrigatoriedade da gravação (Processo nº 1.1008/2021-61).

16/09

. MPT EM AÇÃO.



. ANPT celebra a eleição do associado Cristiano Otávio Paixão Araújo Pinto, para compor o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.



17/09

. ANPT celebra designação do associado Jeferson Luiz Pereira Coelho e da associada Heloisa Maria Moraes Rego Pires, como, respectivamente, Corregedor-Geral e Ouvidora do Ministério Público do Trabalho.



22/09

. A Vice-Delegada dos Associados Aposentados e Aposentadas, Adélia Augusto Domingues, visita a Sede da ANPT.



. A Procuradora Regional aposentada Cinara Sales Graeff, por sugestão do Presidente José Antonio Vieira, é indicada, pelo Colégio de Delegados e de Delegadas, para compor o Conselho Fiscal da ANPT, à unanimidade.

23/09

. Aprovado, na comissão Especial, por 28 (vinte e oito) votos, o texto-base da Reforma Administrativa, ressalvados os destaques. Houve 18 (dezoito) votos contrários. Nenhum destaque afeta os(as) membros(as) do Ministério Público e da Magistratura.

24/09

. Por provocação da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), a ANPT propõe ação direta de inconstitucionalidade, impugnando o Decreto nº 9.944, de 30/07/2019, na parte em que altera composição e atribuições da CONAETI.

28/09

. Divulgação do Parecer nº 523/2021/CONJUR-SAJ sobre os efeitos do inciso IX do art. 8º da Lei Complementar nº 173/2020 na contagem do tempo de aquisição da licença-prêmio (preservado o direito à aquisição).

30/09 e 1º/10

. O Presidente participa do Seminário “*O Ministério Público de uma Nova Era: Reflexões e Projeções*”, promovido pelo Conselho Nacional do Ministério Público, pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais, pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), em Gramado/RS.



04/10

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam da solenidade de posse dos(as) novos(as) Procuradores(as)-Chefes das 24 (vinte e quatro) Unidades Regionais do Ministério Público do Trabalho.



04/10

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a possibilidade da reversão dos valores resultantes de transações penais e de suspensão condicional do processo a instituições públicas e privadas de defesa e de promoção dos direitos das mulheres e de prevenção e combate à violência contra a mulher (Processo nº 1.01222/2021-08).

05/10

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre regras gerais para a atuação extrajudicial do Ministério Público brasileiro e consolidação da regulamentação correlata (Processo nº 1.00270/2021-99).

06/10

. Primeira reunião presencial da Diretoria na Sede da ANPT.



. O Presidente e a Vice-Presidenta da ANPT, os Presidentes da AMPDFT e da ANMPM, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral de Justiça Militar e a Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios reúnem-se com o Procurador-Geral da República, Augusto Aras. Em pauta, a PEC 05.

. A ANPT organiza recepção para os(as) novos(as) Procuradores(as)-Chefes(as) das Unidades Regionais do Ministério Público do Trabalho.

. Card alusivo à prevenção do câncer de mama.



07/10

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam do encerramento do ciclo de reuniões com os(as) Procuradores(as)-Chefes(as), na Procuradoria-Geral do Trabalho.

. A ANPT e as demais entidades representativas dos(as) membros(as) do Ministério Público monitoram as atividades na Câmara dos Deputados, afetas à PEC 05.



08/10

. Lançamento de vídeo produzido pela FRENTAS sobre o papel da Magistratura e Ministério Público na defesa do bem comum. [Clique aqui para assistir.](#)

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam da solenidade de posse de novos(as) Procuradoras(as) oriundos(as) do XXI Concurso, todos(as) associados(as) à ANPT.



. *Card* alusivo à PEC 05/2021.



12/10

. *Card* alusivo ao Dia das Crianças.



13/10

. Sequência de *cards* alusivos à PEC 05/2021.

ANPT
Associação Nacional de Instituições de Educação Infantil

"DIGA NÃO À PEC 05"

O Ministério Público trabalha incansavelmente por uma sociedade livre, justa, solidária e sem discriminação.

01

ANPT
Associação Nacional de Instituições de Educação Infantil

"DIGA NÃO À PEC 05"

Está presente em tudo o que é fundamental ao bem comum.

- ▶ No desenvolvimento econômico
- ▶ Na eficácia dos sistemas de saúde, educação, segurança e previdência

02

ANPT
Associação Nacional de Instituições de Educação Infantil

"DIGA NÃO À PEC 05"

- ▶ No combate à corrupção
- ▶ Na preservação do meio ambiente
- ▶ Na defesa dos direitos trabalhistas e dos interesses de crianças, adolescentes, idosos, populações indígenas e minorias.

03

ANPT
Associação Nacional de Instituições de Educação Infantil

"DIGA NÃO À PEC 05"

Nada disso, porém, é possível sem autonomia e independência.

04



. O Presidente grava vídeo, contrapondo-se à aprovação da PEC 05/2021. [Clique aqui para assistir.](#)

. FRENTAS emite Nota Pública contrária à aprovação da PEC 05/2021, com ampla repercussão na mídia.

“O CNMP não pode ser transformado em instrumento de cerceio da liberdade e da independência funcional dos membros do Ministério Público. A PEC abrirá o caminho para a criação de um contexto em que a composição fica passível de manipulações, de modo que os membros podem ser indicados não para atender aos interesses legítimos da sociedade, mas, sim, a interesses políticos voltados a silenciar a Instituição e a impedir o austero combate à criminalidade, à improbidade e à corrupção.”

. O Presidente participa, como Conselheiro, da reunião do Conselho Gestor do Plan-Assiste.

14/10

. Nota Pública Conjunta sobre a PEC 05/2021 – Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPGE), Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), Associação Nacional dos

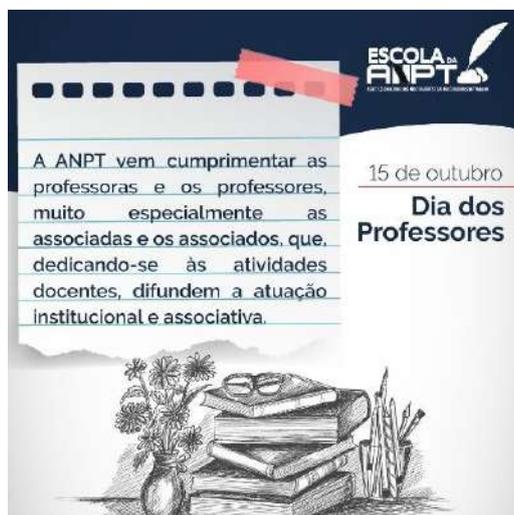
Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT) e Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM). [Clique aqui para acessar.](#)

. Nota Pública pela rejeição da PEC 05/2021, subscrita pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e pela Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT). [Clique aqui para acessar.](#)

. Nota Pública sobre a PEC 05/2021, subscrita pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP), pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), pela Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho (ANPT), pela Associação Nacional do Ministério Público Militar (ANMPM) e pela Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT). [Clique aqui para acessar.](#)

15/10

. *Card* alusivo ao Dia dos Professores.



18/10

. O Presidente participa da solenidade de ratificação da posse da Procuradora-Chefa da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, Helena Fernandes Barroso Marques (biênio 2021/2023).



“Jamais deixaria de prestigiar a 10ª Região, que, pela coincidência de base geográfica com a Procuradoria-Geral do Trabalho, tanto comumente se doa à consecução dos superiores propósitos institucionais.” (José Antonio Vieira)

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam de ato público contrário à PEC 05/2021.



“A PEC 5 atenta contra a independência e a autonomia do Ministério Público, fundamentais à democracia, garantias da sociedade brasileira. Não há um só dia em que eu consiga me desprender

totalmente da porção procurador. Faço tudo o que posso para honrar o juramento de defender, no âmbito das relações de trabalho, a ordem jurídica, o regime democrático e o interesse público. Vejo a PEC como um atentado a algo que me é orgânico, que pode atingir o cumprimento de meus deveres institucionais. Sou contra e acho que todas e todos deveríamos ser. ANPT contra a PEC 5!” (José Antonio Vieira).



19/10

. O Presidente e o Diretor de Assuntos Legislativos da ANPT participam da sessão solene de celebração dos 13 (treze) anos do Programa de Educação contra a exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (PETECA), na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O Presidente é homenageado por iniciativa da Deputada Estadual Erika Amorim.



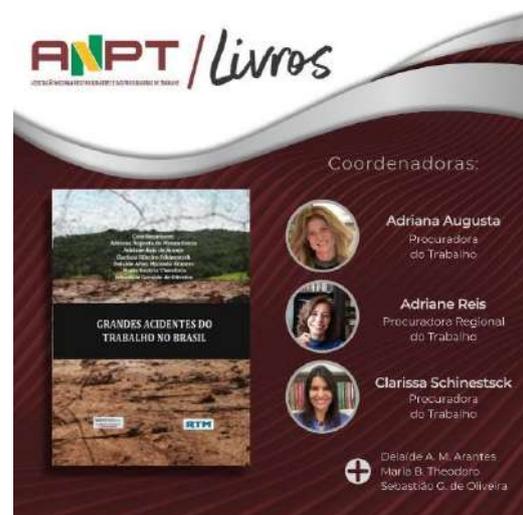
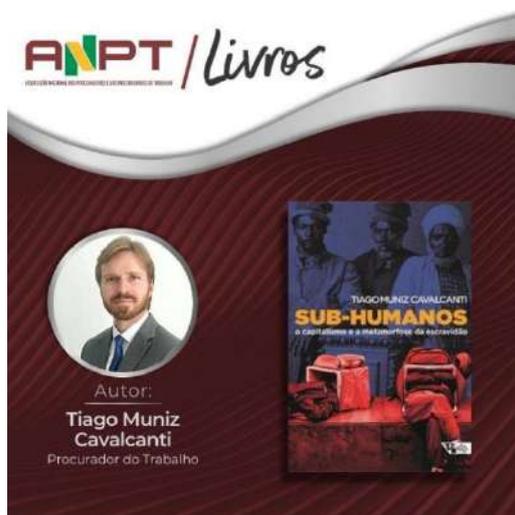
. O Presidente concede entrevista ao Jornal Hoje, durante o ato público contrário à PEC 05.

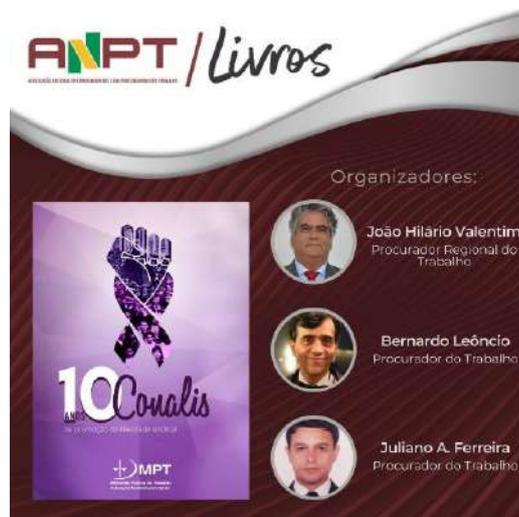
“É impossível alterar a Constituição para se mudar tão sensivelmente a composição do Conselho, porque em verdade, como já dissemos, é uma tentativa de restringir a atuação do Ministério Público brasileiro e de calar a nossa voz, atuação e voz que sempre estão a serviço da sociedade.” (José Antonio Vieira)

. Card alusivo à PEC 05 (ANPT/ANPR/CONAMP/ANMPM/AMPDFT).



. ANPT/Livros





20/10

. Manifestações dirigidas ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a a criação de repositório *online* com dados de mulheres juristas brasileiras com *expertise* em diferentes áreas do Direito (Processo nº 1.01227.2021-78) e sobre a proposta de recomendação para o aprimoramento e a integração da atuação do MP no enfrentamento da crise hídrica (Processo nº 1.01298/2021-43).

. ANPT divulga opinião pública contrária à aprovação da PEC 05/2021.



. Câmara dos Deputados rejeita PEC 05/2021, em primeiro turno de votação.

21/10

. O Presidente participa da solenidade de ratificação da posse da Procuradora-Chefa da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, Ana Carolina Ribemboim (biênio 2021/2023).



“Muitíssimo obrigado pela disposição e pelo desejo acalentado de realizar. Há um traço que nos distingue e define o que talvez possamos chamar de disposição anímica institucional – o quanto de mais de si cada um de nós se mantém disposto a doar para o bem comum. Dessa entrega pessoal resulta a excelência do muito que se faz”. (José Antonio Vieira)

22/10

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a Resolução nº 20/2007, que regulamenta a estratégia de fiscalização do controle externo da atividade policial (Processo nº 1.01297/2021-90).

25/10

. Os Presidentes da ANPT, da CONAMP, da ANPR, da AMPDFT, da ANMPM e do CNPG entregam, ao Procurador-Geral da República, minuta de instituição do Código de Ética do Ministério Público Brasileiro, que contempla princípios e valores, como os da independência, da imparcialidade, da transparência, da integridade pessoal e

funcional, da diligência, da urbanidade, da prudência, do sigilo funcional, do conhecimento e capacitação, da dignidade e do decoro.

26/10

. O Presidente e o Diretor de Assuntos Legislativos da ANPT participam de evento institucional, a convite da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância).



. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a substituição da Resolução nº 56/2010, que regulamenta a fiscalização do controle externo da atividade policial, tendo por base a tutela coletiva de segurança pública, e a regulamentação da tutela coletiva de execução penal (Processo nº 1.01301/2021-92).

27/10

. Card alusivo à PEC 18/2021.



. O Presidente participa da solenidade de ratificação da posse do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, Luís Carlos Gomes Carneiro Filho (biênio 2021/2023).



“A Bahia sempre tem algo de bom a nos oferecer. (...) A Bahia tem Luís Carneiro, um Procurador-Chefe à sua altura. Estimado amigo Lula, ninguém é pela terceira vez escolhido para liderar uma Regional como a da Bahia, sob a aclamação de seus pares, sem um rol inesgotável de atributos. Quero publicamente declarar a profunda admiração que tenho por seu comprometimento para com as

superiores aspirações do Ministério Público, verdadeira força-motriz de grandes feitos. Sua capacidade de se doar à Instituição é verdadeiramente impressionante e se traduz na satisfação genuína demonstrada a cada nova conquista. Por isso mesmo, ora devo agradecer-lhe tanto quanto felicitá-lo. Meu irmão institucional, parabéns e sucesso!” (José Antonio Vieira)

28/10

. Card alusivo ao Dia dos(as) Servidores(as) Públicos(as).



02/11

. Card alusivo à PEC 18/2021.



03/11

. O Presidente participa da solenidade de ratificação da posse do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região, Estanislau Tallon Bozi (biênio 2021/2023).



"Estanislau Bozi novamente se apresenta ao exercício da chefia, nada obstante chefiar as Unidades Regionais do Ministério Público do Trabalho talvez seja o mais árduo dos encargos extraordinários entre nós existentes. Caríssimo Stan, obrigado por mais uma admirável demonstração de engajamento. Muitíssimo obrigado, também, pela peculiar dedicação à ANPT, materializada nas diversas vezes em que integrou – e presidiu – o Conselho Fiscal. Com o início do atual mandato de Procurador-Chefe, o mais recente de conselheiro foi inclusive interrompido". (José Antonio Vieira)

04/11

. Acompanhado da Coordenadora Nacional da Coordinfância, Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, o Diretor de Assuntos Legislativos da ANPT reúne-se com Deputados(as), em articulação contrária à PEC 18/2021.



. A Vice-Presidenta participa da solenidade de ratificação da posse do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, João Batista Berthier Leite Soares (biênio 2021/2023).

“A partir daí a noção da concretude e da eficiência que se espera das ações do MPT sedimentou-se em mim. Entendi que, para manter a credibilidade da instituição, é importante defender os direitos sociais com todo o afinco e combatividade, mas tendo sempre em vista, soluções que concretamente podem ser realizadas e que tem o potencial de efetivamente melhorar a vida de trabalhadoras e de trabalhadores no Brasil.” (Lydiane Machado).

. A Vice-Presidenta participa de ato de entrega do Relatório Final da CPI da Covid ao Procurador-Geral do Trabalho.



05/11

. O Presidente participa da solenidade de ratificação da posse da Procuradora-Chefa da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, Juliana Sombra Peixoto Garcia (biênio 2021/2023).



“Juliana, por suas ações e por sua disposição, sigo convicto do pleno êxito da gestão que se inicia. Estarei para sempre comprometido com o seu sucesso. Minha não menos estimada amiga Mariana Ferrer, obrigado, tanto pela excelência do muito que fez, no exercício da chefia, quanto pela aceitação do encargo de Vice-Procuradora-Chefe, mais uma prova – sequer exigível – de engajamento. (...) ressalto que, seja pela solidariedade que norteia o movimento associativo, seja por tudo o que entre nós transcende, a ANPT apoiará toda e qualquer medida que proporcione à 7ª Região uma estrutura

humana compatível com a dimensão socioeconômica do glorioso Estado do Ceará”. (José Antonio Vieira).

09/11

. Cards alusivos à PEC 18/2021.



. Continuidade da articulação contrária à PEC 18/2021.





10/11

. Republicação do edital de cadastramento de interessados(as) em compor o quadro de docentes da Escola da ANPT. [Clique aqui para acessar o formulário de cadastramento.](#)

. O Presidente participa da solenidade de ratificação da posse da Procuradora-Chefa da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região, Andressa Alves Lucena Ribeiro Coutinho.

“As mulheres do Ministério Público do Trabalho põem o máximo que são no mínimo que fazem. Por isso, brilham tão intensamente – como a lua, que vive na altitude da poesia, a pratear rios e mares. Andressa e Marcela assumem aquele que talvez seja o mais árduo dos encargos extraordinários entre nós existentes – o de liderar uma Unidade Regional.” (José Antonio Vieira)



12/11

. Representando a Presidência, a Delegada da ANPT na 9ª Região, Andrea Nice Silveira Lino Lopes, participa da entrega do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça, ao Ministério Público do Trabalho no Paraná.



. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a proposta de resolução que dispõe sobre a Política Nacional de Atenção Continuada à Saúde Mental dos Integrantes do Ministério Público (Processo nº 1.01302/2021-46).

16/11

. Requerimento conjunto ao Procurador-Geral da República – ANPT, ANPR, ANMPM E AMPDFT (diferenças de Parcela Autônoma de Equivalência – PAE).

“21. Tem-se, portanto, hipótese em que a correta aplicação da lei impõe que as obrigações sejam cumpridas, assim como que se mantenha a isonomia de tratamento com o Poder Judiciário da União, reconhecendo-se o direito ao pagamento da correção monetária e juros sobre a Parcela Autônoma de Equivalência entre os meses de janeiro de 1998 e agosto de 1999, na linha do entendimento também consagrada pelo Supremo Tribunal Federal.

22. Em conclusão, para não incorrer em flagrante atuação inconstitucional, deve a administração superior do Ministério

Público da União, na pessoa do Exmo. Sr. Procurador-Geral da República, conhecer e deferir o requerimento negado pela decisão AJA/242/2021 (item 60)''.

. Justiça Federal acolhe integralmente os embargos de declaração opostos na ação que impugna a majoração das alíquotas previdenciárias e amplia o rol de beneficiários(as) da anterior sentença de procedência. Passam a ser contemplados(as) os(as) 539 participantes da Assembleia Virtual, que haviam sido originariamente excluídos. Dispensa-se, também, a apresentação de documentos pessoais.

17/11

. A Vice-Presidenta participa da solenidade de ratificação da posse do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região, Luis Fabiano Pereira.



"A pandemia da Covid-19 descortinou uma realidade que parecia ignorada pela sociedade brasileira. O trabalho tem papel central na existência. Nesse contexto, é cada vez mais necessário entender que as instituições que possuem como cerne de sua existência a defesa da dignidade do trabalhador são parceiras e jamais inimigas, inclusive do desenvolvimento econômico". (Lydiane Machado)

18/11

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam da solenidade de ratificação da posse do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 16ª Região, Luciano Aragão Santos.



“Eu me importo com o bem-estar de cada colega, de cada associado e associada, com as suas vicissitudes pessoais, com os notórios riscos, as severas restrições e as críticas, comumente infundadas, a que se expõem no exercício das atribuições institucionais. (...) Somos, a um só tempo, espelho e reflexo. Você, Luciano, é um multiplicador de tudo o que de mais construtivo entre nós pode existir. Ainda que a voz me faltasse completamente, meu irmão, eu daria um jeito de externar a minha admiração e o orgulho de ter um colega com a mais do que perfeita compreensão do sentido de pertencer ao Ministério Público do Trabalho”. (José Antonio Vieira)

19/11

. O Diretor de Assuntos Legislativos da ANPT, acompanhado da Secretaria Parlamentar da Procuradoria-Geral do Trabalho, prossegue na articulação política contrária à aprovação da PEC 18/2021.



20/11

. *Card* alusivo ao Dia da Consciência Negra.



23/11

. O Presidente e a Diretora Social e de Eventos da ANPT visitam o Senador Fabiano Contarato para tratar da pauta associativa junto ao Poder Legislativo.

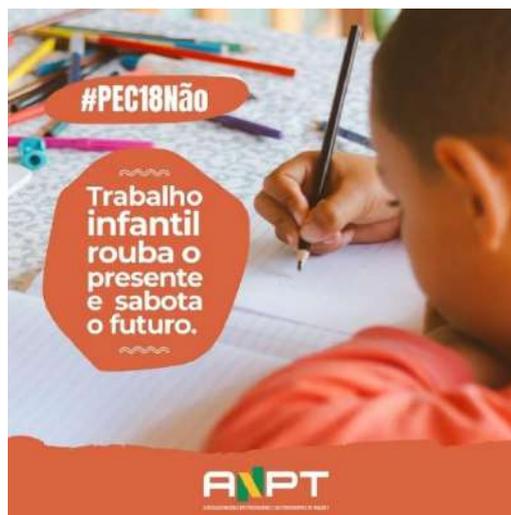


25/11

. *Card* alusivo ao Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher.



. Card alusivo à articulação contra a PEC 18/2021.



. Entidades representativas dos(as) membros(as) do MPU reiteram requerimento de diferenças da PAE, para elisão da suposta coisa julgada administrativa.

“(...) em complemento ao pedido de reconsideração da Decisão AJA/242/2021 (ofício ANPR nº 281/2021-UC, de 16 de novembro de 2021), solicitam que sejam levados em consideração argumentos adicionais no que se refere à alegada coisa julgada administrativa antevista pela decisão recorrida. (... 4. A Decisão AJA/242/2021 considerou que, tendo, em 19 de agosto de 2015, o então Procurador-Geral da República proferido decisão no PGEA

1.00.000.007539/2013-67, estaria configurada hipótese de coisa julgada administrativa. 5. Ocorre, todavia, que a Decisão AJA/242/2021 deixou de considerar um elemento fático essencial: a decisão que teria transitado em julgado, mesmo tratando de tema que afeta interesses dos membros do MPU como um todo, apenas foi comunicada formalmente à ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República (...) 8. Em clara situação de litisconsórcio necessário unitário, a intimação de apenas um dos interessados não apenas deixa de produzir efeitos quanto aos demais, como, ainda, nem mesmo para aquele que tenha sido intimado é capaz de gerar o efeito da coisa julgada, por conta da comunhão dos interesses em discussão, que demandam uma decisão uniforme (...) Assim, ao tempo em que reafirmam seus argumentos anteriores, ratificando não ser possível afirmar que o entendimento administrativo que assegurava à União (e ao MPU, especialmente) não cumprir com a sua obrigação (correção monetária e juros sobre valores nunca pagos) tenha, em algum momento, se consolidado como incontroverso, tem-se como imprescindível ressaltar a inexistência de coisa julgada administrativa ou de prescrição, o que obriga concluir que a correta aplicação da lei impõe que as obrigações sejam cumpridas, assim como que se mantenha a isonomia de tratamento com o Poder Judiciário da União, reconhecendo-se o direito ao pagamento da correção monetária e juros sobre a Parcela Autônoma de Equivalência entre os meses de janeiro de 1998 e agosto de 1999, na linha do entendimento também consagrada pelo Supremo Tribunal Federal”.

29/11

. Pagamento de diferenças da PAE (correção monetária), já anteriormente reconhecidas, a despeito da coisa julgada administrativa.

. O Presidente participa da solenidade de ratificação da posse do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, Sandoval Alves da Silva.



“A ANPT (...) segue convencida, outrossim, de que os ônus da denominada ‘interiorização’, uma conquista do Ministério Público do Trabalho e da sociedade, devem ser equanimemente suportados por todas e todos nós, em nome da unidade e a despeito de divisões internas, afetas às lotações, à organização ou à repartição dos serviços. Tais assertivas assumem especial relevância, porque é preciso que saibamos lidar, juntos, com uma notória peculiaridade da 8ª Região – as Procuradorias do Trabalho sediadas nos Municípios do Interior do Pará e no Amapá experimentam constantes alterações nos seus quadros de Procuradores e Procuradoras, circunstância que necessariamente repercute no exercício da chefia.” (José Antonio Vieira).

1º/12

. O Presidente e a Vice-Presidenta reúnem-se com os Senadores Carlos Portinho (foto) e Lucas Barreto, acompanhados do Procurador Ângelo Fabiano Farias da Costa, então indicado ao CNMP.



03/12

. Card alusivo ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.



07/12

. A Vice-Presidenta participa da solenidade de entrega do Prêmio MPT na Escola.



08/12

. O Presidente participa da abertura do evento “Desafios atuais e novos rumos do Sistema de Justiça Trabalhista”, organizado em celebração aos 30 (trinta) anos de instalação do Tribunal Regional do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (17ª Região).



“No atual contexto socioeconômico é preciso desenvolver e implementar políticas públicas efetivas de geração de emprego e renda, que demandam um sólido arcabouço legislativo de proteção, que ganha concretude com a atuação livre, firme e resoluta da Justiça e do Ministério Público do Trabalho, Instituições das quais o país não pode prescindir.” (José Antonio Vieira)

. Card alusivo ao Dia da Justiça.



09/12

. Aprovadas, em Assembleia Geral Extraordinária Virtual, as contas da Diretoria, de junho a dezembro de 2020 e de janeiro a maio de 2021, por 312 (trezentos e doze) votos.



14/12

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam da abertura do Curso de Ingresso e Vitaliciamento do Ministério Público do Trabalho (CIV), organizado para os Procuradores e as Procuradoras do Trabalho do XXI Concurso.



. Card alusivo ao Dia Nacional do Ministério Público.



. O Presidente e a Vice-Presidenta participam da solenidade de posse do Procurador Ângelo Fabiano Farias da Costa, como Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, na vaga reservada ao MPT.



15/12

. O Presidente participa, remotamente, da solenidade de ratificação da posse do Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, Rafael Foresti Pego (biênio 2021/2023).



“Convicto do pleno êxito que terão, juntos, no curso do mandato que se inicia, estendo a gratidão e os cumprimentos ao atual Procurador-Chefe e ao Vice-Procurador-Chefe, os diletos colegas, associados e amigos Rafael Foresti e Lourenço Agostini. Estarei para sempre comprometido não apenas com o sucesso, mas também com a felicidade de vocês”. (José Antonio Vieira)

. O Presidente e a Vice-Presidenta falam, no CIV, sobre a ANPT e o movimento associativo.

16/12

. ANPT promove 3º Encontro Nacional Virtual de Procuradores e Procuradoras do Trabalho.





17/12

. O Presidente, a Vice-Presidenta e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas participam da confraternização natalina dos(as) Subprocuradores(as)-Gerais do Trabalho, patrocinada pela ANPT.





25/12

. Card alusivo ao Natal.



“Desejamos que o Natal seja repleto do mais genuíno amor e que, no ano vindouro, o Ministério Público do Trabalho, a partir dos melhores esforços de seus membros e membras, permaneça como protagonista na defesa da dignidade da pessoa humana e na concretização do ideário da justiça social.”

29/12

. Ampliação do percentual de reembolso das despesas médico-hospitalares (auxílio-saúde).

*“PGR-00471695/2021 MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
ATO CONJUNTO PGR/PGT/PGJM/PGJDFT Nº 2, DE 29/12/2021*

Fixa, no âmbito dos ramos do Ministério Público da União, o limite mensal do ressarcimento previsto no art. 2º da Portaria PGR/MPU nº 29, de 11 de março de 2021.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, o PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO, o PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA MILITAR e a PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 49, inciso XX, 91, inciso XXI, 124, inciso XX, 159, inciso XX, e 227, inciso VII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e considerando o disposto na Resolução CNMP nº 223, de 16 de dezembro de 2020, e na Portaria PGR/MPU nº 29, de 11 de março de 2021, resolvem: Art. 1º No âmbito dos ramos do Ministério Público da União, o limite mensal previsto no art. 4º, §1º da Resolução nº 223, de 16 de dezembro de 2020, e no art. 2º da Portaria PGR/MPU nº 29, de 11 de março de 2021, será de: I - 8% (oito por cento) do respectivo subsídio para os membros, ativos e inativos, do Ministério Público da União (...).”

30/12

. Card alusivo ao novo ano.



“A ANPT deseja a todas e todos um novo ano iluminado, com sensibilidade, empatia, fraternidade e valores outros, essenciais à efetivação da justiça social, para que haja vida, vida em plenitude.”

11/01

. A Vice-Presidenta participa da solenidade de posse de novos(as) Procuradoras(as) oriundos(as) do XXI Concurso, todos(as) associados(as) à ANPT.



A ANPT, em júbilo, cumprimenta as novas Procuradoras e os novos Procuradores do Trabalho, desejando-lhes uma carreira profícua, marcada pela sensibilidade e pelo engajamento na defesa firme, forte e independente da ordem jurídica, da democracia e do interesse público.



A ANPT, em júbilo, cumprimenta as novas Procuradoras e os novos Procuradores do Trabalho, desejando-lhes uma carreira profícuca, marcada pela sensibilidade e pelo engajamento na defesa firme, forte e independente da ordem jurídica, da democracia e do interesse público.



A ANPT, em júbilo, cumprimenta as novas Procuradoras e os novos Procuradores do Trabalho, desejando-lhes uma carreira profícuca, marcada pela sensibilidade e pelo engajamento na defesa firme, forte e independente da ordem jurídica, da democracia e do interesse público.



“Vocês serão mais do que fiscais da lei, serão a esperança para crianças e adolescentes explorados, serão o retorno à vida para os escravizados, a saúde e a segurança para os desamparados. Tenho certeza de que vocês honrarão o cargo e empenharão os melhores e maiores esforços para a efetivação do ideário da Justiça Social.”
(Lydiane Machado)

12/01

. A Vice-Presidenta participa da abertura do Programa de Ambientação na Carreira de Procurador e Procuradora do Trabalho, na Sede da Procuradoria-Geral do Trabalho.



13/01

. Card alusivo à promulgação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância.



21/01

. Justiça Federal defere tutela de urgência requerida, pela ANPT, nos autos da Ação Civil Coletiva nº 1059585- 48.2021.4.01.3400.

“Decido. Considerando que, antes de sentenciar, entendo necessária a intimação do MPF para que se manifeste acerca do objeto desta ação, passo a analisar o pedido de tutela de urgência pendente. A decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União - TCU, no Processo TC 017.382/2006-7, que suspendeu a subtração do recebimento de verba alimentar (incorporação dos Quintos/Décimos/Opção), deve ser estendida aos servidores

aposentados, sob pena de violar os princípios da segurança jurídica, da isonomia, e da razoabilidade. Não aguardar a decisão final do TCU no referido processo pode gerar prejuízos para os servidores, quando da análise dos processos individuais de registro ou de revisão de aposentadoria, por se tratar de verba alimentar de aposentados. Ademais, no julgamento final, o TCU pode modular os efeitos da decisão, a fim de uniformizar a questão. Diante do exposto, defiro a tutela de urgência, para determinar que a União Federal, por meio da sua Corte de Contas, nos processos individuais de registro ou de revisão de aposentadoria, se abstenha de proferir decisões contrárias à incorporação dos Quintos/Décimos/Opção e reconheça a insubsistência das porventura já proferidas, até a solução final coletiva a ser dada pelo próprio Tribunal de Contas da União no Processo TC 017.382/2006-7. 1.Intimem-se as partes, para ciência e cumprimento desta decisão (10 dias). 2.Intime-se o MPF, para se manifestar sobre seu interesse em intervir nesta ação (10 dias). 3.Cumprida a tutela e nada sendo requerido, venham os autos conclusos para sentença (ANEXO II).”

24/01

. Card alusivo ao Dia dos(as) Aposentado(as).



03/02

. Nota de pesar e de solidariedade à família de trabalhador assassinado. [Clique aqui para acessar.](#)



08/02

. Nota emitida, no âmbito do FIDS, contrária ao Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e ao Prêmio Portas Abertas, instituídos pela Medida Provisória nº 1.099/2022. [Clique aqui para acessar.](#)

. Requerimento conjunto ao Procurador-Geral da República, visando à adoção das providências necessárias à elaboração e ao encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei que garanta o reajustamento de seu subsídio e, por extensão, o dos subsídios dos(as) demais membros(as) do Ministério Público (ANPT, ANPR, ANMPM e AMPDFT).

“PELO EXPOSTO, a Associação Nacional dos Procuradores e das Procuradoras do Trabalho – ANPT, a Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR, a Associação Nacional do Ministério Público Militar – ANMPM e a Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – AMPDFT solicitam os melhores esforços de Vossa Excelência, no sentido de que sejam

adotadas, com a urgência que a situação requer, as providências necessárias à elaboração e ao encaminhamento ao Congresso Nacional de Projeto de Lei que garanta o reajustamento do subsídio do Procurador-Geral da República e, por extensão, o dos subsídios dos(as) demais membros(as) do Ministério Público, preferentemente em percentual capaz de recompor a defasagem remuneratória acumulada, desde 2006 (49,62%), ou, alternativamente, desde janeiro de 2019, data da vigência da última reposição (19,99%), sem que tal pedido alternativo implique renúncia à futura recuperação integral da perda inflacionária.”

14/02

. O Presidente participa da abertura do Curso de Ingresso e Vitaliciamento para os(as) colegas recém-admitidos(as).



15/02

. Requerimento administrativo conjunto (ANPT, ANPR, ANMPM e AMPDFT), dirigido ao Procurador-Geral da República, tendo por objeto a integração do valor do abono de permanência na base de cálculo da licença-prêmio convertida em pecúnia, inclusive com efeitos retroativos.

“(…), tendo em vista a clareza e densidade das normas aplicáveis a matéria, as entidades de classe, respeitosamente, vêm requerer, no interesse de seus associados, que essa Procuradoria-Geral da

República realize a inclusão do abono permanência na base de cálculo da conversão em pecúnia da licença-prêmio indenizável, realizando os devidos ajustes para os pagamentos pretéritos e futuros, com o reconhecimento do direito pleiteado e sua efetiva implementação”.

. O Presidente e a Vice-Presidente reúnem-se com a Diretoria de Gestão de Pessoas da Procuradoria-Geral do Trabalho. Em pauta, o modo de cumprimento da decisão do CSMPT, suspensiva do prazo prescricional para o gozo das folgas compensatórias resultantes de plantões.

18/02

. *Card* em solidariedade à população de Petrópolis.



23/02

. O Presidente e a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas reúnem-se com o Juiz da 4ª Vara Federal de Brasília, responsável pela condução do processo que visa à preservação das vantagens “opção/quintos/décimos”, em favor dos(as) associados(as) aposentados(as).

24/02

. A Diretora e a Delegada de Assuntos de Aposentados e Aposentadas reúnem-se com o Procurador-Chefe da 2ª Região, João Eduardo de Amorim, e o Gerente Regional do Plan-Assiste, Sérgio Formenton Jr., para tratativas quanto à otimização do atendimento aos(às) aposentados(as), com a disponibilização de uma linha móvel para uso funcional. A solicitação foi prontamente atendida.

25/02

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre o aprimoramento dos protocolos de atuação do Ministério Público nos contextos de crise no sistema de segurança pública e no sistema prisional (Processo nº 1.00139/2022-58).

03/03

. Publicação do Edital de convocação das Eleições para a Diretoria Associativa do Biênio 2022/2024.



04/03

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a autorização para programas de residência jurídica nos ramos e Unidades do Ministério Público (Processo nº 1. 00130/2022-65).

. MPT EM AÇÃO.



07/03

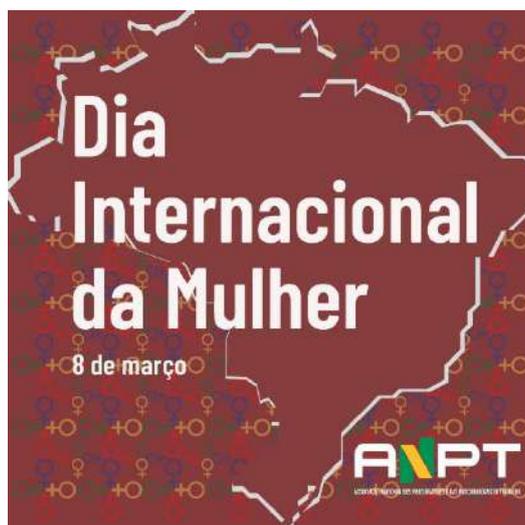
. A Associação Nacional das Procuradoras e dos Procuradores do Trabalho (ANPT), a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), a Associação dos Juízes Federais (AJUFE), a Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais (ANADEF), a Associação Nacional dos Advogados Públicos Federais (ANAFE) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançam edital de chamamento de artigos científicos para obra coletiva que discutirá visões e transformações de mulheres em funções essenciais à Justiça na busca por igualdades.

08/03

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam da solenidade de posse da Diretoria da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP).



. Card alusivo ao Dia Internacional da Mulher.



10/03

. A Vice-Presidenta participa do Ato em prol da assinatura, pelo Brasil, da Convenção 190, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).



. ANPT/Livros

ANPT / Artigos
ASSOCIACAO NACIONAL DE PROCURADORES E PROSECUTORES DO TRABALHO

O 8 de março e a licença parental compartilhada.

PEC equipara direitos entre homens e mulheres ao substituir licença-maternidade.



Autora:
LUTIANA NAÇUR LORENTZ
Procuradora do Regional do Trabalho

**Artigo publicado, originalmente, em: www.jota.info*

ANPT / Artigos
ASSOCIACAO NACIONAL DE PROCURADORES E PROSECUTORES DO TRABALHO

Eleições e mercado de trabalho da mulher.



Autoras:
ADRIANE REIS DE ARAÚJO
Procuradora Regional do Trabalho
MELÍCIA ALVES DE CARVALHO MESEL
Procuradora do Trabalho

**Artigo publicado, originalmente, em: www.correiobrasiliense.com.br*

ANPT / Artigos
ASSOCIACAO NACIONAL DE PROCURADORES E PROSECUTORES DO TRABALHO

A ADPF 944 e a Prevalência da Recomposição Social Trabalhista



Autor:
Marcelo Freire Sampaio Costa
Procurador do Trabalho

ANPT / Livros
ASSOCIACAO NACIONAL DE PROCURADORES E PROSECUTORES DO TRABALHO



Autor:
Cesar Kluge
Procurador do Trabalho

14/03

. A Vice-Presidenta participa da reunião do Grupo de Trabalho constituído pelo Ato Conjunto TST.CSJT.GP. Nº 12/2022, para realizar estudos e propor ações, projetos e políticas institucionais voltadas à valorização e ao fortalecimento da Justiça do Trabalho.



“A valorização da Justiça do Trabalho passa pela qualidade e celeridade da prestação jurisdicional e de seus efeitos na sociedade, tanto sob a perspectiva individual quanto coletiva. Para os(as) Procuradores(as) do Trabalho, interessa sobremaneira o aspecto coletivo da jurisdição”. (Lydiane Machado)

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a atribuição ao Ministério Público Estadual da apuração de responsabilidade por vícios construtivos em imóvel objeto do Programa Minha Casa Minha Vida, quando a Caixa Econômica Federal atuar somente como agente financeiro. (Processo nº 1.00169/2022-91)

. Escola da ANPT organiza Curso Aprofundado de Direito Antidiscriminatório.

ESCOLA ANPT

CURSO APROFUNDADO DE
Direito Antidiscriminatório

Carga horária: **18 horas** Data: **14 a 16 de Março**

Inscrições: **02 de Março**

Desconto de 10% para os 20 primeiros inscritos
Alunos, ex-alunos e servidores em geral

Acesse: www.escoladaanpt.org.br

ESCOLA ANPT

CURSO APROFUNDADO DE
Direito Antidiscriminatório

Thiago Pierobom

Tema da aula:
Direito Antidiscriminatório - Noções Preliminares; Igualdade e Discriminação: Aspectos Históricos, Conceitos, Teorias, Facetas, Normas Nacionais e Internacionais.

Carga horária: **2h/aula** Data: **14 de Março**

Inscrições: **02 de Março**

Desconto de 10% para os 20 primeiros inscritos
Alunos e ex-alunos

Aula síncrona online (Zoom)

CURSO APROFUNDADO DE
Direito Antidiscriminatório



Afonso Rocha

Tema da aula:
DISCRIMINAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
Estado Empregador e Estado Promotor de Direitos,
Estado Laico, Improbidade Administrativa, Políticas Públicas.

Carga horária: 2h/aula Data: 14 de Março

Inscrições: 02 de Março

Desconto de 10% para os 20 primeiros inscritos
Alunos e ex-alunos

ESCOLA RI/PT
Aula síncrona online (Zoom)

CURSO APROFUNDADO DE
Direito Antidiscriminatório



Sofia Vilela

Tema da aula:
Aula 01: A discriminação em razão do sexo e do gênero.
Aula 02: A discriminação da pessoa com deficiência.
Aula 03: Discriminação e Interseccionalidade: definições;
precedentes das Cortes Internacionais; normas Internacionais.

Carga horária: 5h30/aula Data: 14, 15 e 16 de Março

Inscrições: 02 de Março

Desconto de 10% para os 20 primeiros inscritos
Alunos e ex-alunos

ESCOLA RI/PT
Aula síncrona online (Zoom)

15/03

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam da solenidade de retomada das atividades presenciais de capacitação do Ministério Público do Trabalho, sob a responsabilidade da Secretaria de Treinamento e Formação Continuada da Procuradoria-Geral do Trabalho.



. Curso Aprofundado de Direito Antidiscriminatório.

CURSO APROFUNDADO DE
Direito Antidiscriminatório

Elisiane Santos

Temas das aulas:
Aula 01: A discriminação por raça, origem, religião e etnia: evolução histórica, normativa e definições.
Aula 02: Discriminação e Transversalidade: os entrelaçamentos dos eixos de atuação do MPT.

Carga horária: 4h/aula Data: 15 de Março

Inscrições: 02 de Março

Desconto de 10% para os 20 primeiros inscritos
Alunos e ex-alunos

ESCOLA ANPT
Aula síncrona online (Zoom)

CURSO APROFUNDADO DE
Direito Antidiscriminatório

Renata Coelho
Coordenadora do curso

Tema da aula:
ASSÉDIO SEXUAL E A DISCRIMINAÇÃO COMO FUNDAMENTO OU FINALIDADE

Carga horária: 1h/aula Data: 15 de Março

Inscrições: 02 de Março

Desconto de 10% para os 20 primeiros inscritos
Alunos e ex-alunos

ESCOLA ANPT
Aula síncrona online (Zoom)

16/03

. O Presidente, a Vice-Presidenta e a Diretora Social e de Eventos participam do Encontro com os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), organizado pela Procuradoria-Geral do Trabalho, com o apoio da ANPT.



“A ANPT agradece ao Procurador-Geral do Trabalho pela oportunidade de apoiar a organização deste encontro e segue convencida de que o CNMP é importantíssimo para o fortalecimento do Ministério Público brasileiro, bem como de que a sua atual composição já é absolutamente adequada aos propósitos da criação”
(José Antonio Vieira).

. Curso Aprofundado de Direito Antidiscriminatório.

CURSO APROFUNDADO DE
Direito Antidiscriminatório

Patrícia Maeda

Tema da aula:
Processos e julgamentos com
perspectiva de gênero.

Carga horária: 2h30/aula Data: 16 de Março

Inscrições: 02 de Março

Desconto de 10% para os 20 primeiros inscritos
Alunos e ex-alunos

ESCOLA ANPT
Aula síncrona online (Zoom)

CURSO APROFUNDADO DE
Direito Antidiscriminatório

Alberto Bastos Balazeiro

Tema da aula:
DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO E O JUDICIÁRIO:
a jurisprudência atual no TST

Carga horária: 1h/aula Data: 16 de Março

Inscrições: 02 de Março

Desconto de 10% para os 20 primeiros inscritos
Alunos e ex-alunos

ESCOLA ANPT
Aula síncrona online (Zoom)

18/03

. Manifestação dirigida ao Conselho Nacional do Ministério Público sobre a revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução nº 208/2020, que suspendeu, excepcionalmente, a exigibilidade do envio dos formulários de relatórios das inspeções nas ILPI'S (Instituições de Longa Permanência de Idosos), em virtude da pandemia da COVID-19, reestabelecendo-se sua obrigatoriedade, conforme preconizado na Resolução CNMP nº 154/2016 (Processo nº 1.00138/2022-02).

21/03

. ANPT protocoliza requerimento de intervenção, como *amicus curiae*, nos autos da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 944, ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), na qual se questiona a destinação social das indenizações por danos morais coletivos decorrentes de sentenças trabalhistas e de termos de ajustamento de conduta.

25/03

. Atual Diretoria da ANPT se apresenta à recondução.

“Prezadas e prezados colegas,

Vimos informar que, em virtude do trabalho até aqui realizado com absoluto respeito ao legado associativo, na defesa das superiores aspirações da Sociedade, do Ministério Público, da nossa Classe e de cada um(a) dos(as) seus(suas) integrantes, resolvemos novamente submeter, ao sufrágio do Colégio de Associados e Associadas, a CHAPA DEMOCRACIA E REPRESENTATIVIDADE, com composição igual à originária, a seguir reproduzida:

I – José Antonio Vieira de Freitas Filho, Procurador Regional do Trabalho, ingresso no MPT em 25/06/1997, vinculado à Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, Rio de Janeiro/RJ, candidato a Presidente;

II – Lydiane Machado e Silva, Procuradora do Trabalho, ingressa no MPT em 19/08/2014, vinculada à Procuradoria do Trabalho no Município de Santo Antonio de Jesus, 5ª Região, Bahia, candidata a Vice-Presidenta;

III – Adriane Arnt Herbst, Procuradora Regional do Trabalho, ingressa no MPT em 28/06/1996, vinculada à Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 4ª Região, Porto Alegre/RS, candidata a Secretária-Geral;

IV – Paulo Gonçalves Veloso, Procurador do Trabalho, ingresso no MPT em 25/10/2010, vinculado à Procuradoria do Trabalho no Município de Uberlândia, 3ª Região, Minas Gerais, candidato a Diretor Financeiro;

V – Bruno Martins Mano Teixeira, Procurador do Trabalho, ingresso no MPT em 03/12/2012, vinculado à Procuradoria do Trabalho no Município de Criciúma, 12ª Região, Santa Catarina, candidato a Diretor de Relações Institucionais;

VI – Carolina Marzola Hirata, Procuradora do Trabalho, ingressa no MPT em 10/09/2009, vinculada à Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região, Campinas/SP, candidata a Diretora de Assuntos Jurídicos;

VII – Antonio de Oliveira Lima, Procurador do Trabalho, ingresso no MPT em 24/04/2001, vinculado à Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região, Fortaleza/CE, candidato a Diretor de Assuntos Legislativos;

VIII – Cindi Ellou Lopes, Procuradora do Trabalho, ingressa no MPT em 09/11/2006, vinculada à Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª Região, Belém/PA, candidata a Diretora Social e de Eventos;

IX – Cláudia de Mendonça Braga Soares, Procuradora do Trabalho, ingressa no MPT em 25/10/2010, vinculada à Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região, Maceió/AL, candidata a Diretora de Comunicação;

X – Denise Lapolla de Paula Aguiar Andrade, Procuradora do Trabalho, ingressa no MPT em 28/06/1996, com aposentadoria em 18/05/2016, vinculada à Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, São Paulo/SP, candidata a Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas;

XI – Ana Gabriela Oliveira de Paula, Procuradora do Trabalho, ingressa no MPT em 25/10/2010, vinculada à Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região, São Paulo/SP, candidata a Diretora Cultural e de Assuntos Científicos;

XII – André Canuto de Figueiredo Lima, Procurador do Trabalho, ingresso no MPT em 19/08/2014, vinculado à Sede da Procuradoria

Regional do Trabalho da 23ª Região, Cuiabá/MT, candidato a Diretor de Assuntos Corporativos e de Convênios.

A eleição da Diretoria Associativa do Biênio 2022/2024 ocorrerá na primeira terça-feira útil do próximo mês de maio, dia 03.

Muito nos honraria contar com o voto e, caso haja a recondução, com o apoio de todas e todos.

Em breve, divulgaremos o relatório do segundo ano de gestão, acompanhado da republicação do relativo ao primeiro ano e do cotejo entre as propostas apresentadas no processo eleitoral anterior e as efetivamente implementadas.

Agradecemos imensamente, desde logo, aos(às) colegas Danton de Almeida Segurado, Maria Amélia Bracks Duarte, Maria Lúcia de Sá Vieira, Teresa Cristina D'Almeida Basteiro e Waldir de Andrade Bitu Filho, que, atendendo a uma formalidade estatutariamente imposta, respaldaram, uma vez mais, o pedido de registro, ontem encaminhado a Sua Excelência, Presidenta da Comissão Eleitoral, a Subprocuradora-Geral Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

Agradecemos igualmente à colega Marici Coelho de Barros Pereira, vinculada à Sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região, que, como há dois anos, aceitou compor a referida Comissão como representante da CHAPA DEMOCRACIA E REPRESENTATIVIDADE”.

30/03

. Reunião presencial da Diretoria com o Colégio Associativo de Delegados e Delegadas.



31/03

. XXV Congresso Nacional de Procuradores e Procuradoras do Trabalho, em São Paulo, com transmissão ao vivo. Solenidade de abertura.





. Homenagem ao Deputado Federal Tadeu Alencar.



. Homenagem ao Subprocurador-Geral do Trabalho Antonio Henrique de Carvalho Ellery, um dos fundadores da ANPT.



. Prêmio Evaristo de Moraes Filho:

Categoria “*Melhor Arrazoador*”

. A Procuradora Regional Adriane Arnt Herbst, Secretária-Geral da ANPT, entrega o troféu pela terceira colocação às Procuradoras e aos Procuradores Italvar Filipe de Paiva Medina, Luciano Lima Leivas, Marcia Cristina Kamei Lopez Aliaga, Ilan Fonseca de Souza, Luis Paulo Villafañe Gomes Santos e Lys Sobral Cardoso, laureadas e laureados com uma petição de ação civil pública proposta em face da União.



. A Procuradora do Trabalho Cindi Ellou Lopes, Diretora Social e de Eventos da ANPT, entrega o troféu pela segunda colocação ao Procurador Renan Bernardi Kalil, representando a Procuradora Regional Ana Lúcia Ribas Saccani Casarotto, a Procuradora Carolina de Prá Camporez Buarque e o Procurador Tadeu Henrique Lopes da Cunha, laureadas e laureado por um parecer exarado, em recurso ordinário, sobre a caracterização de vínculo de emprego com empresa de aplicativo de transporte.



. A Procuradora do Trabalho Camilla Holanda Mendes da Rocha, integrante da Comissão Julgadora, entrega o troféu pela primeira colocação ao Procurador Regional Roberto Rangel Marcondes, representando o Procurador Diego Catelan Sanches, laureado com petição de ação civil pública proposta em face de uma empresa pública federal.



Categoria “*Melhor Trabalho Doutrinário*”

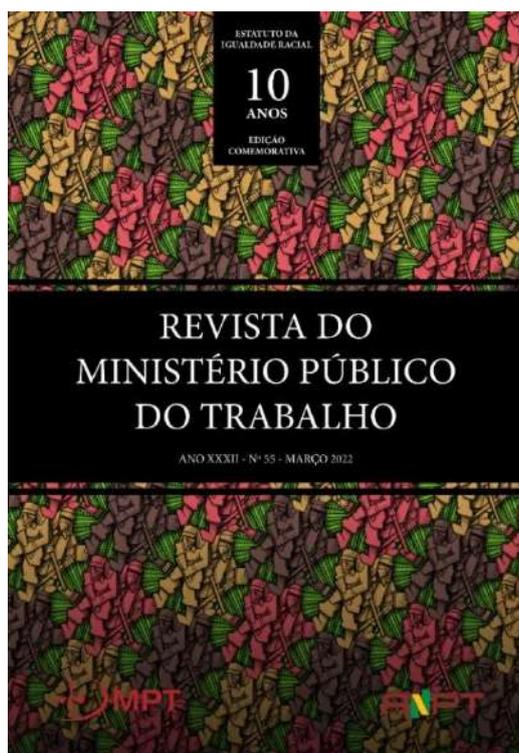
. A Procuradora do Trabalho Cláudia de Mendonça Braga Soares, Diretora de Comunicação da ANPT, entrega o troféu pela segunda colocação ao Procurador Tiago Muniz Cavalcanti, laureado com o artigo “*O Combate ao Trabalho Escravo entre Mitos e Retrocessos: do Estado Amigo ao Estado Inimigo*”.



. O Procurador do Trabalho João Filipe Moreira Lacerda Sabino, integrante da Comissão Julgadora, entrega o troféu pela primeira colocação ao Procurador Itamar Filipe de Paiva Medina, laureado com o artigo “*Cotas Sociais de Aprendizagem: Instrumentos de Promoção de Cidadania*”.



. Lançamento da Revista do Ministério Público.



A Comissão Editorial apresenta o número 55 da Revista do MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, fruto de parceria associativa e institucional, que remonta a 1991.

Esta Edição reproduz trabalhos doutrinários e arrazoados laureados com o PRÊMIO EVARISTO DE MORAES FILHO.

Destaca-se, porém, pelo fato de celebrar, muito especialmente, os 10 (dez) anos de vigência da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, o ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, por meio de peças e artigos, que, direta ou indiretamente, abordam o direito à não-discriminação e a efetivação do princípio da igualdade no âmbito das relações de trabalho.

Nosso País, mesmo após mais de 130 (cento e trinta) anos da abolição da escravatura, ainda é profundamente marcado pela divisão racial do trabalho e pela exclusão.

Merece aplausos, pois, toda e qualquer iniciativa de concretização do enunciado do art. 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem – “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos”.

A capa, criada pelo ilustrador e designer gráfico Lemuel Massuia, retrata trabalhadoras e trabalhadores rurais, em um canavial, com todos os equipamentos necessários à preservação da higiene e integridade física.

Valores como solidariedade e inclusão, que inspiram o Estatuto cuja promulgação se comemora, conduziram à escolha da técnica denominada “tesselação”, por meio da qual uma imagem principal ou peça-chave é desenhada de modo a permitir o encaixe nela mesma e sua repetição, para se compor o todo desejado.

A peça-chave, trabalhador e trabalhadora rural, é reproduzida nas três cores representativas das principais raças que compõem o povo brasileiro. O mosaico final remete aos ideais de integração e de redução das desigualdades.

Por meio de sua Revista, a ANPT e o MPT, orgulhosamente, aliam-se, como sempre, na luta pela dignidade da pessoa humana e por uma sociedade verdadeiramente livre, justa e solidária, objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

. Conferência de Abertura.

XXV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES E PROCURADORAS DO TRABALHO 2022

CONFIRMADA

CONFERÊNCIA DE ABERTURA
Crise Civilizatória e Sociedade de Colaboração

Filósofa, Psicóloga e Escritora

Viviane Mosé

31 de Março | 20h30

ANPT

1º/04

. Painel “O Futuro do Processo Coletivo”, mediado por Elaine Noronha Nassif.

XXV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES E PROCURADORAS DO TRABALHO 2022

CONFIRMADA

PAINEL:
O Futuro do Processo Coletivo

Diretora de Assuntos Jurídicos da ANPT, Doutoranda em Direito do Trabalho pela USP.

Carolina Hirata

1º de Abril | 10h

ANPT

XXV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES E PROCURADORAS DO TRABALHO 2022

CONFIRMADO

PAINEL:
O Futuro do Processo Coletivo

Procurador da República, Pós-Doutor em Direito pela UFBA.

Edilson Vitorelli

1º de Abril | 10h

ANPT

XXV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES E PROCURADORAS DO TRABALHO 2022

CONFIRMADO

PAINEL:
O Futuro do Processo Coletivo



Promotor de Justiça. Professor-Doutor da USP.

Ricardo de Barros Leonel

1º de Abril | 10h

AIPT

. Painel “*Impactos da Tecnologia no Direito Material e Processual do Trabalho*”, mediado por Martha Divério Kruse.

XXV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES E PROCURADORAS DO TRABALHO 2022

CONFIRMADO

PAINEL:
Impactos da Tecnologia no Direito Material e Processual do Trabalho



Advogado. Doutor em Processo Civil pela USP.

Daniel Neves

1º de Abril | 11h30

AIPT

XXV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES E PROCURADORAS DO TRABALHO 2022

CONFIRMADO

PAINEL:
Impactos da Tecnologia no Direito Material e Processual do Trabalho



Juiz do Trabalho. Doutor em Direito do Trabalho pela USP.

Homero Batista Mateus da Silva

1º de Abril | 11h30

AIPT

XXV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES E PROCURADORAS DO TRABALHO 2022

CONFIRMADA

PAINEL:
Impactos da Tecnologia no Direito Material e Processual do Trabalho



Procuradora do Trabalho. Doutora em Direito do Trabalho e Seguridade Social pela USP.

Rosângela Rodrigues Dias de Lacerda

1º de Abril | 11h30

AIPT

. Pré-estreia do filme Pureza. Inspirado em episódios reais, o filme retrata a história de Pureza (Dira Paes), que procura pelo filho Abel (Matheus Abreu), desaparecido após partir para o garimpo na Amazônia. Na busca, a mãe acaba descobrindo um sistema de aliciamento e cárcere de trabalhadores rurais e se emprega em uma fazenda, onde testemunha desmatamento e condições de trabalho sub-humanas. Após libertar-se, Pureza denuncia os fatos às autoridades. Sem credibilidade, resolve retornar à floresta para a obtenção de provas por conta própria.

. Roda de Conversa sobre o filme, com Marcus Ligocki Júnior, produtor e roteirista do filme, Renato Barbieri, roteirista e diretor, Gisela Nabuco Majela Souza, Procuradora do Trabalho, e Luís Antonio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho, nos biênios 2011-2013 e 2013-2015. Apresentada e mediada pelas Procuradoras Cindi Ellou Lopes, Diretora Social e de Eventos da ANPT, e Lys Sobral Cardoso, Coordenadora Nacional da Coordenadoria de Erradicação do Trabalho Escravo e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

. Reunião com o Colégio de Associados Aposentados e Associadas Aposentadas.



02/04

. Painel “*Saúde Mental no Trabalho*”, mediado por Marcia Kamei Lopez Aliaga.

XXV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES E PROCURADORAS DO TRABALHO 2022

CONFIRMADA

PAINEL:
Saúde Mental no Trabalho



Psicóloga, Doutora em Psicologia Social do Trabalho pela USP **Marcia Hespanhol**

2 de Abril | 10h

ANPT

XXV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES E PROCURADORAS DO TRABALHO 2022

CONFIRMADA

PAINEL:
Saúde Mental no Trabalho



Médica e Doutora pela USP. **Maria Maeno**

2 de Abril | 10h

ANPT

. Espetáculo teatral “*Paulo Freire – o Andarilho da Utopia*”, de Luiz Antônio Rocha e Junio Santos, com Richard Riguetti. Narra a trajetória e os causos de um dos mais notáveis pensadores da história da educação mundial, mesclando elementos das linguagens do circo e do teatro convencional e de rua, com o propósito de evidenciar a afetividade de Paulo Freire e seu profundo respeito ao diálogo e às diferenças.

. Lançamento de livros dos Associados e das Associadas.

XXV CONGRESSO NACIONAL DE PROCURADORES E PROCURADORAS DO TRABALHO 2022

A Atuação Institucional e Associativa em uma Perspectiva Multidisciplinar

São Paulo, 31/03 a 03/04

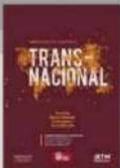
LANÇAMENTO DOS LIVROS

02/04/2022, a partir das 16h50

Apresentação:
André Canuto de Figueiredo Lima – Procurador do Trabalho, Diretor de Assuntos Corporativos e de Convênios da ANPT.

Os(as) autores(as) estarão presentes para exposição das obras e autógrafos.

ANPT



Título: Negociação Coletiva Transnacional: Acordos Marco Globais, Sindicatos e Globalização
Autor: Alberto Emiliano de Oliveira Neto
Editora: RTM



Título: Direito Constitucional
Autores(as): Ana Cláudia Nascimento Gomes, Bruno Albergaria, Mariana Rodrigues Cancalho
Editora: Fórum



Título: Transição Ecológica, Revolução Digital e Flexicurity Pandêmica: uma análise tridimensional das relações de trabalho no século XXI
Autora: Elaine Nassif
Editora: RTM



Título: Crianças Invisíveis
Autora: Eliane Santos
Editora: Diálogo Freiriano



05/04

. Portaria da Presidência designa a Subprocuradora-Geral do Trabalho Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, como suplente da Presidenta da Comissão condutora do processo destinado à eleição da Diretoria do Biênio 2022/2024, a SubprocuradoraGeral Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

. *Live* de Direito Digital do Trabalho.

05.04.22
19H00

Live
DIREITO DIGITAL DO TRABALHO

CAROLINA HIRATA
Provas digitais

FABRÍCIO LIMA
LGPD e proteção de dados pessoais

PATRICK MERÍSIO
"Smart contracts" e blockchain

Transmissão pelo Instagram da Escola da ANPT: @escola.da.anpt

ESCOLA DA ANPT

06/04

. MPT EM AÇÃO.



. O Presidente e a Vice-Presidenta comparecem ao Senado Federal e acompanham Sessão Plenária.



07/04

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam do lançamento da Agenda Legislativa/2022 da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).



. ANPT formula requerimento ao Procurador-Geral do Trabalho para concessão de amplo acesso dos(as) aposentados(as) às bibliotecas das diversas unidades do Ministério Público do Trabalho (Processo nº20.02.0001.0003797/2022-13).

“Tendo tomando conhecimento, pois, de que os(as) membros(as) aposentados(as) têm sofrido restrições nas demandas dirigidas à Biblioteca da Procuradoria-Geral do Trabalho, esta Associação vem requerer a adoção das medidas necessárias a que sejam afastadas, sobretudo as concernentes ao acesso a todos os itens do acervo e ao empréstimo dos itens físicos. Requer, outrossim, que o amplo atendimento das demandas seja garantido, também, aos(às) membros(as) aposentados(as) nas Bibliotecas existentes nas demais Unidades do Ministério Público do Trabalho, mediante aviso, a respeito, aos(às) respectivos(as) Procuradores(as)-Chefes(as).”

12/04

. O Diretor de Assuntos Legislativos da ANPT participa de debate, na Câmara dos Deputados, sobre o Projeto de Lei nº 6461/2019, que visa à instituição do Estatuto do Aprendiz.



13/04

. Card alusivo à Campanha “Abril Verde”.



. O Diretor de Relações Institucionais da ANPT, Bruno Martins Mano Teixeira, participa de Audiência Pública no Senado Federal. Em pauta, o mês de conscientização sobre a prevenção de acidentes do trabalho.



17/04

. *Card* alusivo à Páscoa.



18/04

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam da solenidade de posse de novos(as) Procuradoras(as) oriundos(as) do XXI Concurso, todos(as) associados(as) à ANPT.



A ANPT, em júbilo, cumprimenta as novas Procuradoras e os novos Procuradores do Trabalho, desejando-lhes uma carreira profícua, marcada pela sensibilidade e pelo engajamento na defesa firme, forte e independente da ordem jurídica, da democracia e do interesse público.



A ANPT, em júbilo, cumprimenta as novas Procuradoras e os novos Procuradores do Trabalho, desejando-lhes uma carreira profícua, marcada pela sensibilidade e pelo engajamento na defesa firme, forte e independente da ordem jurídica, da democracia e do interesse público.



“Agora, quando o sonho de todas e todos, enfim, se faz realidade, peço licença para falar do tempo e da vida. No livro bíblico de Eclesiastes, cuja autoria é atribuída ao sapientíssimo Rei Salomão, está dito que ‘para tudo há uma ocasião certa’, que ‘há um tempo certo para cada propósito sob o céu’, que Deus ‘fez tudo apropriado ao seu tempo’, ‘pôs no coração do homem o anseio pela eternidade’ e ‘não há nada melhor para o homem do que ser feliz e praticar o bem enquanto vive’. Na vida, quase nada é para já e, não por acaso, a vida requer gestação. Tudo o que vivemos nos ajuda, de algum modo, a

viver melhor. (...) Este, acreditem, era o momento de vocês e vocês farão, a partir de hoje, como todas e todos que chegaram antes, a maior diferença na efetivação do ideário da justiça social, missão precípua do Ministério Público do Trabalho” (José Antonio Vieira).

19/04

. O Presidente e a Vice-Presidenta participam da abertura do Programa de Ambientação na Carreira, voltado aos(às) colegas recém-ingressos(as), e da reunião com os(as) Procuradores(as)-Chefes.

. O Presidente e a Vice-Presidenta prestigiam o descerramento da foto de José Robalinho Cavalcanti, na galeria de ex-Presidentes da ANPR.



. O Presidente e a Vice-Presidenta reúnem-se com a Secretária-Geral do Ministério Público da União, a Subprocuradora-Geral da República Eliana Torelly, acompanhados dos Presidentes da ANMPM e da AMPDFT, Edmar Jorge de Almeida e Trajano Sousa de Melo. Em pauta, questões de interesse dos(as) integrantes das carreiras.

20/04

. A Vice-Presidenta fala, no Programa de Ambientação, sobre a ANPT e o movimento associativo.

. *Live* de Direito Digital do Trabalho.

20.04.22
20H00

Live

**A DISCRIMINAÇÃO
E O DIREITO DIGITAL**

THIAGO ANDRAUS
A discriminação algorítmica

RAPHAEL MIZIARA
A discriminação digital na entrevista de emprego: impactos da LGPD

CAROLINA HIRATA
Publicidade processual e discriminação

Transmissão pelo Instagram da Escola da ANPT: @escola.da.anpt

ESCOLA ANPT

27/04

. *Cards* alusivos à eleição da Diretoria Associativa.

**Eleições para a
Diretoria da ANPT**
BIÊNIO 2022/2024

CHAPA ÚNICA
**DEMOCRACIA E
REPRESENTATIVIDADE**

DATA
03/05/2022 | 10h às 17h

ANPT

José Antonio Vieira
Presidente

Lydiane Machado
Vice-Presidenta

**CONFIRA OS(AS) INTEGRANTES DA CHAPA,
CANDIDATOS(AS) À RECONDUÇÃO.**

José Antonio Vieira de Freitas Filho – PRT/1º
Presidente

Lydiane Machado e Silva – PRT/5ª
Vice-Presidenta

Adriane Arnt Herbst – PRT/4ª
Secretária Geral

CHAPA ÚNICA
**DEMOCRACIA E
REPRESENTATIVIDADE**

ANPT

**CONFIRA OS(AS) INTEGRANTES DA CHAPA,
CANDIDATOS(AS) À RECONDUÇÃO.**



Ana Gabriela Oliveira de Paula – PRT/2ª
Diretora Cultural e de Assuntos Científicos



André Canuto de Figueiredo Lima – PRT/23ª
Diretor de Assuntos Corporativos e de Convênios



Antonio de Oliveira Lima – PRT/7ª
Diretor de Assuntos Legislativos

CHAPA ÚNICA

**DEMOCRACIA E
REPRESENTATIVIDADE**



**CONFIRA OS(AS) INTEGRANTES DA CHAPA,
CANDIDATOS(AS) À RECONDUÇÃO.**



Bruno Martins Mano Teixeira – PRT/12ª
Diretor de Relações Institucionais



Carolina Marzola Hirata – PRT/15ª
Diretora de Assuntos Jurídicos



Cíndi Ellou Lopes – PRT/8ª
Diretora Social e de Eventos

CHAPA ÚNICA

**DEMOCRACIA E
REPRESENTATIVIDADE**



**CONFIRA OS(AS) INTEGRANTES DA CHAPA,
CANDIDATOS(AS) À RECONDUÇÃO.**



Cláudia de Mendonça Braga Soares – PRT/19ª
Diretora de Comunicação



**Denise Lapolla de Paula Aguiar Andrade
APOSENTADA PRT/2ª**
Diretora de Assuntos de Aposentados e Aposentadas



Paulo Gonçalves Veloso – PRT/3ª
Diretor Financeiro

CHAPA ÚNICA

**DEMOCRACIA E
REPRESENTATIVIDADE**

